

ÁSIA-PACÍFICO

PANORAMA REGIONAL

***Está na hora, povo da China! Está na hora.
A China pertence a todos.
De vossa livre vontade
Está na hora de escolher aquilo que a China será.***

Zhu Yufu, Dissidente chinês

Vários governos da região da Ásia e Pacífico responderam aos ventos de mudança provenientes do Médio Oriente e do Norte de África redobrando os seus esforços para manter o poder através da repressão daqueles que exigiam direitos humanos e dignidade. Ao mesmo tempo, o sucesso das revoltas na Tunísia e no Egito inspirou os defensores dos direitos humanos, ativistas e jornalistas da Ásia a erguerem a sua voz, usando uma mistura de novas tecnologias e ativismo antiquado para contestar as violações dos seus direitos.

Zhu Yufu, o autor do poema citado acima, foi detido pelas autoridades chinesas em março. O procurador de justiça mencionou este poema como prova para apoiar a acusação de "incitamento à subversão do poder do Estado". Zhu, que tinha passado quase nove dos últimos 13 anos na prisão por exigir maior liberdade política, era apenas um entre dezenas de críticos, ativistas e dissidentes detidos e perseguidos pelas autoridades chinesas desde fevereiro, numa das maiores ofensivas de repressão política desde os protestos da Praça Tiananmen em 1989. Além de Zhu Yufu, a longa lista daqueles que foram detidos, colocados sob prisão domiciliária ilegal ou vítimas de desaparecimentos forçados incluía Liu Xia, mulher do Prémio Nobel da Paz Liu Xiaobo, o advogado Gao Zhisheng e Ai Weiwei, o artista mundialmente famoso. Em vários casos, as autoridades chinesas torturaram detidos para obter "confissões" e promessas de deixar de usar as redes sociais ou falar com jornalistas ou outros sobre os maus-tratos de que foram vítimas.

A dureza da repressão foi um indicador de quanto o governo chinês estava preocupado com as mensagens "Jasmim" anónimas que começaram a circular online em fevereiro, apelando aos cidadãos chineses fartos da corrupção, da má governação e da repressão política para se juntarem pacificamente e simplesmente andarem às voltas em certos locais de determinadas cidades. Por mais inócuos que fossem estes apelos, a resposta do governo chinês foi proibir as buscas na internet pelas palavras "jasmim" e "Egito" por várias vezes ao longo do ano. Apesar disso, realizaram-se dezenas de milhares de manifestações por todo o país por parte de pessoas que tentavam proteger os seus direitos humanos – civis, políticos, económicos, sociais e culturais.

O dinamismo dos cidadãos chineses na defesa dos seus direitos contrastou com a situação na vizinha República Democrática Popular da Coreia (Coreia do Norte), onde não houve qualquer sinal de melhoria da terrível situação dos direitos humanos após Kim Jong-un, na casa dos 20 anos, ter sucedido ao pai como líder supremo do país a 17 de dezembro. Se tanto, houve sinais de que as autoridades detiveram responsáveis suspeitos de poderem desafiar ou contestar uma transição tranquila, e havia a preocupação de que os detidos pudessem vir a juntar-se às centenas de milhares de vítimas de detenção arbitrária, trabalhos forçados, execução pública e tortura e outras formas de maus-tratos nos vários campos de presos políticos do país.

Repressão de dissidentes

Poucos governos da região foram tão brutais como o regime norte-coreano na repressão da voz do seu próprio povo, mas as violações do direito à livre opinião continuaram por toda a região. Vários governos esmagaram deliberadamente as opiniões dissidentes. Na Coreia do Norte, os que contestavam a ideologia oficial arriscavam passar o resto da vida num desolado e remoto campo de presos políticos. Tanto o Vietname como Myanmar criminalizaram a expressão de opiniões dissidentes, e tinham serviços de informações dedicados a intimidar e silenciar os críticos.

Outros países também amordaçaram os críticos, embora de forma menos abertamente violenta. Continuando a considerar-se a si própria como uma exceção aos padrões internacionais de proteção da liberdade de expressão, Singapura deteve brevemente o escritor britânico Alan Shadrake, de 76 anos, a 1 de junho, acusando-o de desrespeito à justiça, após este ter criticado o poder judicial por causa da imposição da pena de morte.

Na Índia, que tem orgulho do seu historial de liberdade de expressão e da sua dinâmica comunicação social, o governo tentou impor novas restrições às redes sociais, incluindo os serviços de mensagens instantâneas. As redes sociais da internet estiveram igualmente sob pressão na Malásia, embora fossem menos incomodadas que a fortemente censurada imprensa escrita e outros meios de comunicação social.

Na Tailândia, o recém-eleito governo de Yingluck Shinawatra (irmão do antigo primeiro-ministro Thaksin Shinawatra) não travou a aplicação agressiva da altamente problemática lei de lesa-majestade, que proíbe qualquer crítica à família real. Muitos dos que foram julgados tinham publicado na internet material considerado pelos procuradores como questionável ou, como no caso de Ampon Tangnoppakul, um avô de 61 anos, tinham enviado mensagens de texto consideradas ofensivas, o que lhe valeu uma pena de 20 anos de prisão. As autoridades da República da Coreia (Coreia do Sul) invocaram cada vez mais a Lei de Segurança Nacional para perseguir aqueles que alegadamente se opunham à política do governo sobre a Coreia do Norte. Por vezes, esta situação resultou em aplicações absurdas da lei, como no caso de Park Jeonggeun, que arriscava detenção e julgamento por publicar trechos satíricos de propaganda norte-coreana.

Outros críticos que exigiram mais direitos humanos e dignidade na região foram alvo de respostas mais severas e, por vezes, pagaram o mais elevado preço por levantarem a voz. Jornalistas paquistaneses conseguiram manter uma comunicação social vibrante e por vezes incisiva, apesar da resposta violenta do governo, dos partidos políticos e dos grupos militantes como os Talibã paquistaneses. Pelo menos nove jornalistas foram mortos durante o ano, incluindo Saleem Shahzad, um jornalista online que tinha criticado abertamente as poderosas agências militares e de informações do país. Outros jornalistas contaram à Amnistia Internacional terem recebido sérias ameaças por parte dos poderosos e obscuros serviços de informações, forças de segurança, partidos políticos e grupos militantes.

Os jornalistas não foram os únicos a ser atacados pelas suas opiniões no Paquistão. Dois proeminentes políticos foram assassinados por contestarem a utilização das polémicas leis de blasfémia: Salman Taseer, o frontal governador do Punjab, e Shahbaz Bhatti, Ministro das Minorias (e único cristão do governo).

Grupos minoritários

O Paquistão, como muitos outros países da região Ásia e Pacífico, foi palco de discriminação grave e continuada contra minorias religiosas e étnicas. Membros de grupos minoritários foram frequentemente marginalizados, e em muitos casos foram vítimas de perseguição governamental direta. Em vários casos, os governos não cumpriram a sua responsabilidade de proteger os direitos dos membros de grupos minoritários. Esta discriminação enraizada agravou a pobreza, atrasou o desenvolvimento geral e, em muitos países, alimentou a violência.

Na província paquistanesa do Baluchistão, rica em recursos, as forças de segurança e alguns grupos armados foram implicados em violações, incluindo desaparecimentos forçados, tortura e execuções extrajudiciais. O governo não cumpriu todas as promessas de resolver as antigas queixas da comunidade baluche relacionadas com a distribuição dos proveitos dos grandes projetos de extração e de construção de infraestruturas. A província foi ainda palco de vários ataques brutais contra a comunidade xiita paquistanesa, principalmente os xiitas hazaras, muitos dos quais de origem afegã e residentes na capital do Baluchistão, Quetta. Grupos militantes religiosos apelaram abertamente à violência contra os xiitas e foram autorizados a atuar livremente e levar a cabo atos de violência, como a execução de 26 peregrinos xiitas a 20 de setembro. Grupos militantes paquistaneses reivindicaram a responsabilidade por ataques contra xiitas até no Afeganistão, onde um duplo atentado bombista em dezembro matou cerca de 70 xiitas que participavam em procissões religiosas do Ashura, em Cabul e Mazar-e Sharif.

A comunidade ahmadiyya, um grupo religioso sediado principalmente na Ásia que se considera praticante do Islão, enfrentou discriminação sistemática no Paquistão e na Indonésia. No Paquistão, onde os ahmadis são proibidos por lei

de se declararem muçulmanos, a comunidade ahmadiyya foi alvo de crescente perseguição por parte de responsáveis governamentais e, sem qualquer tipo de apoio ou proteção, foi atacada por grupos militantes religiosos. Na Indonésia, a polícia foi criticada por não ter impedido que uma multidão de 1500 pessoas atacasse a comunidade ahmadiyyay no subdistrito de Cikeusik em fevereiro, matando três pessoas e ferindo muitas mais. O governo central permitiu que continuasse em vigor legislação local que restringia as atividades da comunidade ahmadiyya. Noutros países de maioria islâmica da região Ásia e Pacífico, como o Bangladesh e a Malásia, os ahmadis sofreram igualmente de discriminação por causa da sua fé, com as suas crianças proibidas de frequentar algumas escolas e o seu direito à liberdade religiosa seriamente limitado.

Os muçulmanos sunitas foram vítimas de discriminação na China: a população uigur, predominantemente muçulmana e etnicamente distinta, continuou a ser alvo de repressão e discriminação na Região Autónoma Uigur de Xinjiang. O governo chinês invocou a nebulosa ameaça de terrorismo e revolta armada para reprimir as liberdades civis e políticas e interferir com as práticas religiosas dos uigures, enquanto o fluxo de migrantes de etnia han e a discriminação a seu favor tornou os uigures cidadãos de segunda classe em termos culturais, económicos e sociais.

Outras minorias étnicas na China também sofreram. Pelo menos uma dezena de monjas e monges ou antigos monges tibetanos imolaram-se pelo fogo (seis dos quais terão morrido) em protesto contra as restrições impostas às suas práticas religiosas e culturais – restrições que aumentaram o sentimento de alienação dos tibetanos e aprofundaram o seu sofrimento. Também na Mongólia Interior as tensões étnicas foram elevadas. Protestos generalizados eclodiram por toda a região após um condutor de camiões de carvão de etnia han ter alegadamente assassinado um pastor mongol.

Conflitos e revoltas armadas

A discriminação étnica e religiosa e as conseqüentes queixas políticas e económicas estiveram por detrás de muitos dos vários conflitos armados e revoltas antigas que afetaram centenas de milhares de pessoas na região.

O conflito de décadas entre o governo do Myanmar e vários grupos étnicos armados reacendeu-se de forma significativa. As forças governamentais enfrentaram rebeldes karen, shan e kachin, deslocando dezenas de milhares de civis e cometendo violações dos direitos humanos e violações do Direito Internacional Humanitário que podiam ser consideradas como crimes contra a humanidade ou crimes de guerra.

Os Talibã e outros grupos armados do Afeganistão levaram a cabo ataques generalizados e sistemáticos contra civis, causando 77 por cento das vítimas civis do conflito, segundo a ONU. A Amnistia Internacional renovou o seu apelo ao Tribunal Penal Internacional (TPI) para investigar a situação, mesmo numa altura em que as forças internacionais que apoiam o governo afegão

começaram a transferir a responsabilidade pela segurança para as forças governamentais afegãs. Muitos grupos da sociedade civil afegã, principalmente grupos de defesa dos direitos das mulheres, manifestaram preocupação por terem sido excluídos das negociações com os grupos armados, apesar do estipulado pela Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, que exorta a que as mulheres estejam devida e adequadamente representadas nas negociações de paz.

Conflitos de menor intensidade prosseguiram na ilha de Mindanau, nas Filipinas, e no sul da Tailândia – ambas regiões onde a minoria muçulmana era historicamente discriminada e enfrentava deficientes condições de desenvolvimento económico. Havia razões para ter esperança nas Filipinas, onde as partes em conflito pareciam dispostas a procurar a paz apesar de um breve surto de violência. Mas no sul da Tailândia a situação desafiava uma solução simples, com os rebeldes a continuarem a atacar civis com a intenção de intimidar a população local e expulsar os budistas e outros encarados como leais ao governo central. O governo central da Tailândia não cumpriu os compromissos de garantir responsabilização pelos abusos cometidos pelas forças de segurança, nem de encontrar uma resposta estratégica e sustentável para as exigências de maior desenvolvimento político e económico na região.

O relativamente baixo nível de desenvolvimento económico, principalmente para as comunidades adivasi, e a má governação alimentaram as revoltas em vários estados da Índia central e oriental. Os confrontos entre rebeldes maoístas e as forças de segurança fizeram cerca de 250 mortos. Os rebeldes recorreram à tomada de reféns e ataques indiscriminados, enquanto as forças de segurança violaram rotineiramente os direitos da população local que deveriam proteger. Reconhecendo a natureza problemática da estratégia governamental, o Supremo Tribunal da Índia ordenou o desmantelamento dos grupos paramilitares pró-governamentais no estado de Chhattisgarh, alegadamente responsáveis por violações graves dos direitos humanos. O Supremo Tribunal indiano permitiu igualmente que o prisioneiro de consciência Dr. Binayak Sen fosse libertado sob fiança enquanto recorre da sua condenação a prisão perpétua. Em 2010, um tribunal distrital de Chhattisgarh condenou-o a prisão perpétua por sedição e colaboração com grupos armados maoístas.

As forças indianas no estado de Jammu e Caxemira foram criticadas por violações dos direitos humanos. A Amnistia Internacional publicou em março um relatório centrado no abuso da detenção administrativa ao abrigo da Lei de Segurança Pública (PSA), levando o governo estadual a prometer reformá-la. Em setembro, a comissão estadual dos direitos humanos identificou 2700 campos não assinalados, e identificou 574 cadáveres como pertencentes a pessoas locais dadas como desaparecidas, desmentindo as alegações das forças governamentais de que se tratavam dos corpos de militantes. O pedido da comissão dos direitos humanos para que as autoridades estaduais usassem exames médico-legais modernos para identificar os restantes restos mortais não teve resposta.

Responsabilização e justiça

A impunidade pelos crimes cometidos no passado continuou a assombrar vários países da região, principalmente aqueles que ainda lidavam com o legado de conflitos armados. A ausência de garantias de aplicação da justiça complicou os esforços de reconciliação e criou frequentemente um padrão de injustiça e falta de responsabilização das forças de segurança.

No Sri Lanka, o longo historial de décadas de deficientes comissões especiais de investigação das violações dos direitos humanos prosseguiu com o trabalho da Comissão de Lições Aprendidas e Reconciliação (LLRC). A LLRC terminou o seu mandato com um relatório que incluiu algumas sugestões úteis para melhorar a situação dos direitos humanos no país, mas não investigou devidamente o papel das forças de segurança nos ataques contra milhares de civis durante a última fase do conflito contra os Tigres de Libertação de Tamil Eelam. As conclusões da LLRC sobre esta matéria foram o resultado de um processo altamente deficiente, e contrastaram com as conclusões do Painel de Peritos para a Responsabilização no Sri Lanka nomeado pelo Secretário-Geral da ONU, que considerou que havia alegações credíveis de que ambos os lados cometeram crimes de guerra e crimes contra a humanidade. O Painel de Peritos recomendou a abertura de uma investigação independente às alegações de abusos cometidos por ambos os lados do conflito, bem como uma revisão das ações da ONU durante o conflito no Sri Lanka.

A recusa em aplicar a justiça ajudou a alimentar um clima de impunidade que propiciou o aparecimento de novos casos de desaparecimentos forçados no norte e leste da ilha, bem como ataques contra jornalistas, críticos e ativistas. Embora o governo tivesse cancelado o Estado de Emergência, manteve em vigor a repressiva Lei de Prevenção do Terrorismo, e ainda lhe acrescentou novos artigos autorizando a detenção de suspeitos sem acusação ou julgamento.

No Camboja, o processo de responsabilização pelos crimes cometidos durante o período dos Khmer Vermelhos foi igualmente colocado em causa pela interferência governamental, com um caso a ser encerrado sem ser devidamente investigado, e outro num impasse. Além disso, no Afeganistão, indivíduos que enfrentavam alegações credíveis de responsabilidade por crimes de guerra e crimes contra a humanidade continuaram a ocupar importantes cargos governamentais.

Enquanto os acusados de violações dos direitos humanos escapavam à responsabilização, muitos governos usaram a flagelação para punir alegados criminosos – uma violação da proibição internacional de castigo cruel, desumano ou degradante. Singapura e Malásia continuaram a impor sentenças de flagelação para vários crimes, incluindo delitos de imigração. A província indonésia de Aceh usou cada vez mais a flagelação como castigo para variados crimes, incluindo beber álcool, jogar e estar sozinho com alguém do sexo

oposto que não fosse cônjuge ou familiar. E nas Maldivas, o governo decidiu manter a flagelação como punição devido à pressão da oposição.

Migrantes e refugiados

Insegurança, desastres naturais, pobreza e falta de oportunidades levaram centenas de milhares de pessoas a procurar uma vida melhor noutros países, tanto na região como no exterior. Embora muitos governos da região estivessem economicamente dependentes do trabalho migrante, muitos continuavam a não proteger os direitos das pessoas que procuravam trabalho ou abrigo.

Pelo menos 300 mil nepaleses emigraram para o estrangeiro para fugir à pobreza e ao legado do longo conflito armado. Muitos foram enganados sobre as condições de trabalho e laboravam em condições que equivaliam a trabalho forçado. Embora o governo nepalês tivesse aprovado algumas leis e mecanismos de compensação para proteger os seus trabalhadores migrantes, pesquisas realizadas pela Amnistia Internacional mostraram que estas medidas não eram devidamente implementadas, devido à falta de informação pública e à fraca supervisão e responsabilização dos prevaricadores.

A Malásia foi um dos principais países de acolhimento de migrantes da região, bem como um ponto de passagem de requerentes de asilo a caminho da Austrália. Os migrantes sem documentos eram frequentemente detidos e condenados a penas de prisão ou falgelação na Malásia. As deficientes condições de detenção deram origem a motins de migrantes detidos no centro de Lenggeng, perto de Kuala Lumpur, em abril. O Tribunal Superior da Austrália invalidou o acordo bilateral entre a Austrália e a Malásia para a troca de 800 requerentes de asilo chegados de barco à Austrália por 4 mil refugiados (na sua maioria provenientes do Myanmar) que aguardavam realojamento na Malásia, alegando a inexistência de garantias legais para os refugiados na Malásia.

Passos em frente

Apesar de sérios obstáculos, muitos defensores dos direitos humanos e ativistas da região Ásia e Pacífico conseguiram abrir caminho a um maior respeito dos seus direitos, com os avanços num país a servirem de inspiração e encorajamento noutros.

Na Índia, as comunidades adivasi de Orissa obtiveram em julho uma vitória na sua luta para defender o seu modo de vida, quando o tribunal superior de Orissa considerou que o plano da Vedanta Aluminium para expandir a sua refinaria violava o direito das comunidades à água, saúde e ambiente saudável, e que a expansão iria dar origem a mais abusos contra as comunidades adivasi.

O primeiro-ministro da Malásia anunciou em setembro que ia pedir a anulação da Lei de Segurança Interna, que, entre outros pontos, permitia a detenção prolongada sem acusação ou julgamento, e substituí-la por novas leis de segurança. A medida foi, pelo menos em parte, uma reação ao movimento Bersih 2.0 (“limpeza”), que levou milhares de pessoas a manifestarem-se

pacificamente nas ruas de Kuala Lumpur em julho. A polícia espancou manifestantes, disparou gás lacrimogéneo contra a multidão e prendeu mais de 1600 pessoas.

Em março, a Malásia anunciou ter assinado o Estatuto de Roma do TPI e que ia pedir a sua ratificação. As Filipinas ratificaram o Estatuto de Roma em novembro.

Talvez o potencial avanço mais significativo na situação dos direitos humanos na região tenha sido a decisão das autoridades do Myanmar de libertar mais de 300 prisioneiros políticos durante o ano e permitir a candidatura de Aung San Suu Kyi às eleições parlamentares. As autoridades continuaram a perseguir e deter alguns dissidentes e ativistas da oposição, levantando a preocupação de que o seu principal objetivo era aliviar as sanções impostas ao país em vez de abrir caminho a mudanças genuínas. Mas, como mostraram os acontecimentos no Myanmar e noutros países, é através destas pequenas aberturas que os ativistas políticos e os defensores dos direitos humanos podem fazer ouvir as suas vozes e decidir qual será o seu futuro.